



Ata da Reunião do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, de 03 de julho de 2019, de acordo com a Lei nº 635/97, regulamentada pelo Decreto nº 218/97, alterado pelo Decreto nº 449/16.

Aos três dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às 16h00min, os membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR do poder público e da Sociedade Civil, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria de Turismo – SETUR, localizada na Av. Dr. Arthur Costa Filho, 25 – Centro, na cidade de Caraguatatuba, no estado de São Paulo, com o fim de discutir e resolver diversos assuntos. Iniciados os trabalhos, a Presidente do Conselho, senhora Sandra Abril, abre a reunião. Os assuntos em pauta são: Andamento das obras do município e Regularização da Fazenda de Mexilhões. Foi dado início a reunião as 16h16, a Sr^a. Sandra Abril passa a palavra a Dr^a. Carmen – funcionária da Secretaria de Meio Ambiente, que inicia sua fala sobre os segmentos que constam no Plano Diretor de Turismo. Comunicou que está agora – Divisão de Agricultura e Pesca e que se deparou com um processo antigo da Associação de Maricultores e Pescadores da Cocanha – AMAPEC, aonde reivindicam a regulamentação da associação, dentro do que já vem atuando e sofrem algumas restrições por conta de não estarem regularizados. Esclareceu que a Prefeitura possui uma legislação municipal e convênio com a Marinha. Que a Lei das Atividades Náuticas do Município e todas as raias são licitadas, mas explica que a AMAPEC é uma comunidade tradicional e trabalham com a maricultura a mais de vinte anos (desde 88). Que anteriormente tinham vários ranchos e que agora ficaram com um único. Afirma que a Fazenda de Maricultura é a maior do Estado de São Paulo e devido aos problemas que tem enfrentado na pesca, a contaminação da fazenda há alguns anos atrás e com o problema do aquecimento global, eles foram obrigados a procurarem outras atividades para complementar a renda dos pescadores artesanais e afirma também que isto está previsto no Plano Diretor de Turismo – Anexo X, que tem uma ação específica para isso, denominada de atrativos turísticos, que trata: estruturar os entrepostos de pesca e transformá-los em atrativos turísticos, adequar à acessibilidade e atendimento dos entrepostos, elaborar passeios de barcos na região e capacitar todos os envolvidos no projeto. Informa que a cerca de um ano na Divisão de Agricultura e Pesca, ela e o Sr. Ailton se depararam com esse pedido e solicitaram a Associação que apresentassem um projeto. Informa que foi enviado por e-mail ao COMTUR e que deixa disponibilizado uma cópia para apreciação de todos. Solicita o aval do COMTUR para esse projeto, baseado no Plano Diretor, para que eles



tenham uma raia específica da comunidade e que essa raia não seja licitada. Diz que o Ministério de Turismo já tem um segmento para eles que é o Turismo de Base Comunitária, que prevê o apoio a essas comunidades tradicionais. Passa a palavra ao Sr. Ailton Luiz, Diretor de Agricultura e Pesca da SMAAP, que agradece a Sr.^a Carmem pelo empenho nesse projeto e pediu o apoio do COMTUR para que com este projeto possa ajudar a comunidade caiçara que vem sendo prejudicada por vários fatores já mencionados e finaliza agradecendo a todos. Sr. Wilson comenta que quer conhecer melhor a Fazenda de Mexilhões e o Sr. José Luiz da AMAPEC, passa a explicar que em 2007 o Instituto de Pesca fez um convênio com eles para estar atendendo os alunos de Pós-graduação com aulas práticas e visitas. Afirma que o público em geral procura algo diferenciado e que tem tido muita procura para visitação a Fazenda e por conta do aumento na procura se torna necessário a regulamentação. Disse ainda que hoje são três barcos, ou seja, três pescadores que fizeram o curso na Marinha. A Marinha mudou uma lei de licitação para atender, pois diz que a anterior era individual, e se fosse de pesca, faria são o curso de pesca e com essa mudança os pescadores puderam ter duas classifica es na carteira – pesca e passeio. Deixa claro que com a regulamentação, eles poderão realizar atividades no dia a dia, como passeio a Fazenda de Mexilhão, para complementar a renda. A Sr.^a. Sandra Abril, pergunta se juridicamente   necessário passar por licitação e a Dr.^a. Carmen responde que, pela base comunitária de Turismo não precisaria e por ter esse segmento no Plano Diretor de Turismo que fomenta o pescador regional e inclui isso como atrativo turístico do município com três segmentos: passeio a fazenda, mergulho panorâmico em volta da ilha e passeio nas ilhas, como por exemplo, a Ilha do Tamanduá. O Sr. José Luiz sugeriu em vender Caraguatatuba com um roteiro dia a dia, incluindo a Fazenda de Mexilhões e aproveita para convidar a todos a conhecer esse roteiro. Explicou que com os alunos, ele vai até a fazenda e mostra todo o funcionamento, retorna para praia levando mexilhões e faz uma degusta o. O Sr. Wilson elogiou todo trabalho que está sendo desenvolvido e questionou com rela o   segurança e em caso de algum acidente, quem seria o responsável. A Dr.^a. Carmen responde que   necessário primeiro o apoio do Comtur dizendo que se enquadra no Plano Diretor de Turismo e com isso vai passar pela Comissão de Atividades Náuticas, os pescadores já fizeram o curso da Marinha, eles já possuem a documenta o e encaminharam um pedido a Marinha, solicitando análise referente à raia e apresentaram o que é preciso colocar na raia. Um dos barcos já possui autoriza o. A partir da aprova o, a Comissão de Atividades Náuticas, poderá deixar essa raia exclusiva para a comunidade tradicional. A partir da ,



apresentarão toda a documentação necessária. Informou que a AMAPEC é uma associação com CNPJ e tem plena autoridade para responder por si. O Sr. José Luiz explica que segue todas as exigências da Marinha no quesito segurança. Afirma que o capitão é obrigado a ter o arais e ele é o único responsável no momento do passeio e que fizeram curso pela Marinha para poder estar transportando pessoas. Afirma ainda que é outro tipo de habilitação, ou seja, profissional. Então no quesito segurança eles são os responsáveis e a associação é a coresponsável. A Dr^a. Carmen diz que a associação necessita dessa regularização, pois com o convênio junto a Marinha, resultou em mais fiscalização e se fazem algum roteiro, quando retornam são notificados. Com a regularização, eles passarão a ter o alvará para funcionamento. Sr. José Luiz explicou ao conselho todo o funcionamento da fazenda, incluindo os meses que os mexilhões estarão em crescimento e não poderão ser comercializados. Por isso a importância da regularização. A Sr^a. Sandra Abril diz que se depender do COMTUR, tudo irá dar certo, pois se trata de fomento ao Turismo. Após essa fala, todos os membros do conselho que estavam presentes, aprovam por unanimidade a regularização do projeto da AMAPEC. A Sr^a. Sandra segue com a fala, solicitando informações da Sr^a. Josiane, funcionária da Secretaria de Obras, quanto à verba do DADE para a reforma das Praças Diógenes Ribeiro de Lima e Martin de Sá. A Sr^a. Josiane explica que há três convênios incluindo o das praças, que foram reprogramados e o Governo do Estado pediu para apresentar novamente toda a documentação. Informa que a cobrança é diária por parte da Secretaria e que ainda não receberam a O.S. (Ordem de Serviço). Afirma que toda a documentação para a licitação está pronta. Diz que o Prefeito Aguilar Junior fez a cobrança para a abertura da licitação, mas para isso dependem da liberação da verba. A Sr^a. Sandra Abril pergunta se tem prazo e lhe foi respondido que seria para o segundo semestre. Pergunta ainda se as duas praças estão na mesma licitação e a Sr^a. Josiane responde afirmativo. A Sr^a. Sandra pergunta sobre o Mirante. Foi-lhe respondido que lá tem o Teatro de Arena, a parte de infraestrutura, acesso e segue dizendo que o Mirante teve toda a obra de drenagem, acesso e pavimentação e que essa foi a primeira fase da obra e que agora saiu a liberação para pavimentação das ruas e que já foi dado início. O Teatro de Arena tem 90% (noventa por cento) concluído, só falta terminar a estrutura para colocar o acabamento de vidro e guarda corpo. Para o Farol e o Píer, estão aguardando a liberação da ordem de serviço. A Sr^a. Sandra faz a observação sobre a Praça Diógenes Ribeiro de Lima, dizendo que esta praça merece que a essa reforma aconteça o mais rápido. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Sandra Abril encerra os trabalhos às 18h52min, lavrando a



ata. Assim que lida e achada conforme, a ata há de ser assinada pelos conselheiros presentes.

Caraguatatuba, três de julho de dois mil e dezenove.

Os presentes:

Sandra Abril;

Maria Herbene de Moura;

Wilson de Oliveira;

Josinaldo Gomes da Silva;

Ari Carlos Barbosa;

Mara Cirino.